

Carta nº 372/2025

Brasília (DF), 25 de julho de 2025.

À Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo
A/C Dr. Leonardo Damasceno
E-mail: gabinete@sesp.es.gov.br

Assunto: Solicitação de esclarecimentos sobre ação da Polícia Militar em manifestação de trabalhadores/as na Serra (ES)

Senhor Secretário,

O ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) vem, por meio desta, solicitar explicações a respeito da ação truculenta da Polícia Militar do Espírito Santo, ocorrida na manhã do dia 23 de julho de 2025, contra trabalhadores e trabalhadoras da limpeza urbana e de serviços terceirizados, em manifestação legítima organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Limpeza e Conservação do Espírito Santo (Sindilimpe-ES), em frente à portaria da ArcelorMittal Tubarão, no município da Serra.

De acordo com relatos e registros amplamente divulgados nas redes sociais e pela imprensa, a atuação da Polícia Militar foi desproporcional e violenta, fazendo uso de armamentos classificados como “menos letais”, como balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta, mas que representam grave risco à integridade física e à vida dos/as manifestantes. Ao menos quatro trabalhadores/as ficaram feridos/as, os vídeos circulantes mostram marcas de bala de borracha na cabeça e no pescoço de manifestantes, além do uso de força excessiva contra uma diretora do sindicato, que foi arrastada pelo asfalto.

Ressalta-se que o direito à greve e à livre manifestação está assegurado por nossa Constituição Federal, e que ações como essa configuram uma preocupante violação

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

das garantias democráticas, além de expor uma atuação parcial e repressiva do aparato policial em favor dos interesses patronais.

Registre-se a preocupação do presente Sindicato do uso da força excessiva como forma de impedir movimentos paredistas, incluso os setores da educação!

Não se pode olvidar que o debate travado no Supremo Tribunal Federal, diante da ADPF, 635 volta-se para o reconhecimento da necessidade de se discutir políticas de segurança em conformidade com as determinações constitucionais e com um estado democrático e de direito.

Nesse sentido, solicitamos que essa Secretaria se manifeste de modo a explicar:

1. Quais providências estão sendo adotadas para investigar possíveis abusos cometidos e responsabilizar os agentes envolvidos?

2. E em quais diretrizes esta Secretaria se baseia para justificar a intervenção da Polícia Militar nessa manifestação, com uso de armas de repressão como gás lacrimogêneo e balas de borracha?

Solicitamos ainda que esta carta seja respondida com a máxima brevidade, uma vez que os fatos relatados atentam diretamente contra os direitos fundamentais dos/as trabalhadores/as e representam grave precedente para a criminalização de manifestações populares em nosso país, sendo a resposta encaminhada para: secretaria@andes.org.br

Colocamo-nos à disposição para quaisquer elucidações adicionais que se façam necessárias, sem mais no momento.

Cordialmente,



**Prof.ª Fernanda Maria da Costa Vieira
Secretária-Geral**